



Observatório
SOCIAL DO BRASIL
CAMPOS GERAIS | PR

1º RELATÓRIO QUADRIMESTRAL JANEIRO A ABRIL DE 2019

Observatório Social do Brasil

Campos Gerais

O que é?



Como trabalhamos?

Eixos de atuação



Perfil da Administração Pública em Ponta Grossa

Período de janeiro a abril de 2019

Poderes Executivo e Legislativo



Número de licitações emitidas: 309;

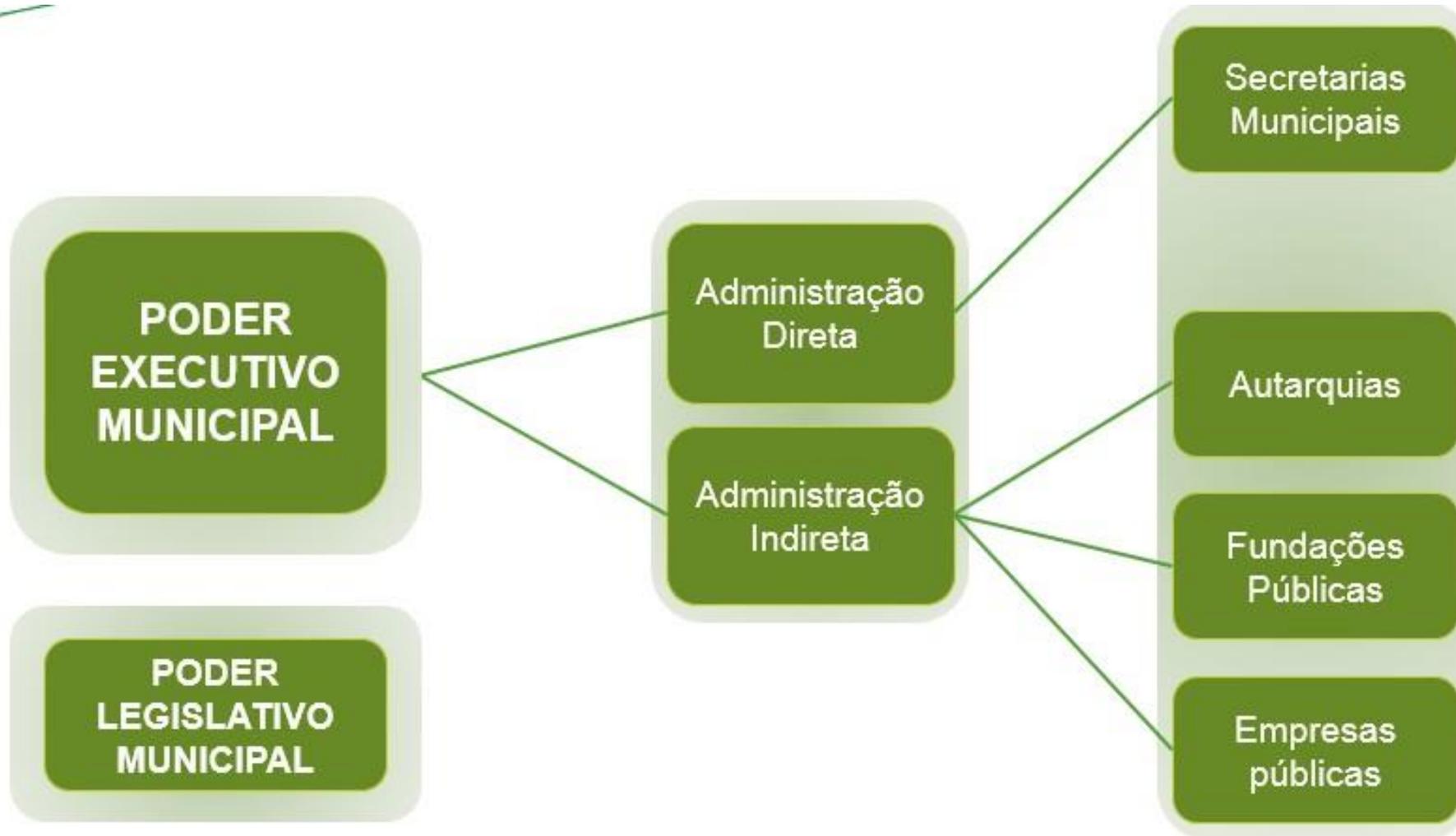
Valor total das mesmas: R\$ 115.351.988,19;

Valor total homologado: R\$ 78.895.729,64;

Média de preço: R\$ 290.057,82

- Preço mínimo: R\$ 0,00;
- Preço máximo: R\$ 8.501.936,30

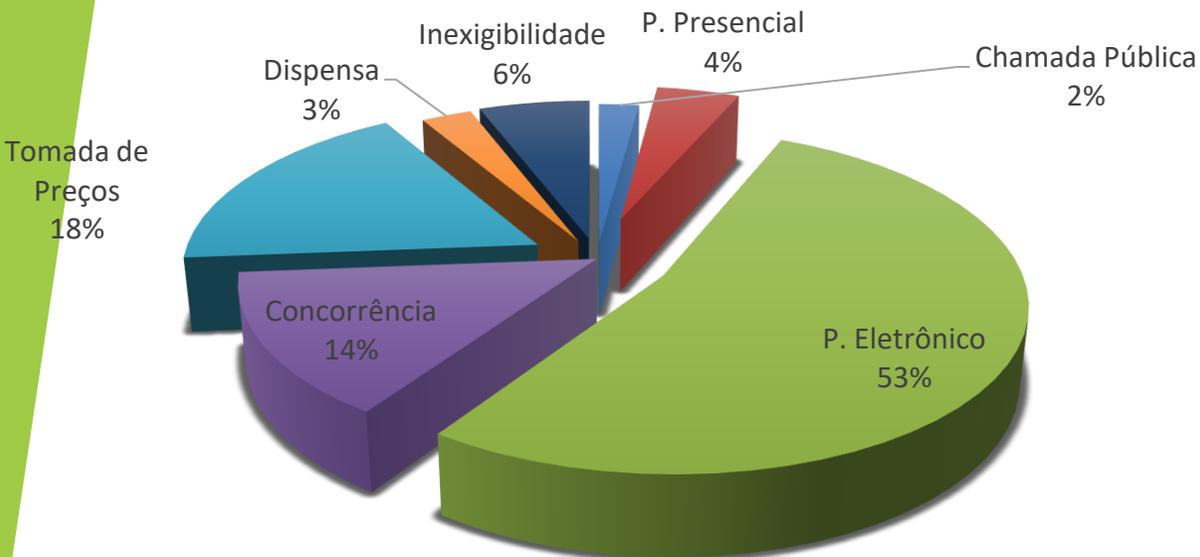
Orçamento do Município (2019):
R\$ 940.900.000,00



FASE 1 – ACOMPANHAMENTO DE EDITAIS	Modalidades de Contratação							
	Chamada Pública	Concorrência	Pregão Eletrônico	Pregão Presencial	Tomada de Preço	Dispensa	Inexigibilidade	Total
Editais cadastrados pelo OSBCG (R\$)	R\$ 2.428.741,41	R\$ 16.204.392,31	R\$ 61.102.263,01	R\$ 5.103.521,70	R\$ 20.433.009,01	R\$ 3.063.656,93	R\$ 6.719.297,48	R\$ 115.337.854,85
Nº de editais lançados no período.	5	9	140	21	25	49	56	305 * Não se contabilizou alienações.
Nº de editais analisados	5	9	140	21	25	49	56	305
Nº de editais com divergências	1	2	6	4	-	1	4	18
Nº de certames acompanhados pessoalmente pelo OSBCG	-	-	-	4	3	-	-	7
Nº de manifestações sobre divergências encontradas	1	2	6	4	-	1	4	18
Nº de correções feitas pelo Gestor Público decorrente da manifestação do OSBCG	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Homologado (R\$)	R\$ 2.428.741,41	R\$ 3.624.804,03	R\$ 41.038.130,49	R\$ 4.031.163,68	R\$ 17.623.658,43	R\$ 3.024.902,87	* Nesse procedimento não há diminuição do valor máximo	R\$78.895.729,64
Redução (Valor máximo das licitações homologadas – valor homologado)	* Nesse procedimento não há diminuição do valor máximo	R\$ 857.678,98 * Essa economia se refere a apenas uma Concorrência homologada.	R\$ 14.932.261,44 * Essa economia se refere a 119 editais homologados.	R\$ 945.518,19 *Essa economia se refere a apenas 19 editais homologados.	R\$ 2.330.364,59 *Essa economia se refere a 22 Tomadas de Preços homologadas	R\$ 38.754,06 *Essa economia se refere a revogação, posterior, de uma Dispensa.	* Nesse procedimento não há diminuição do valor máximo	R\$19.018.273,07

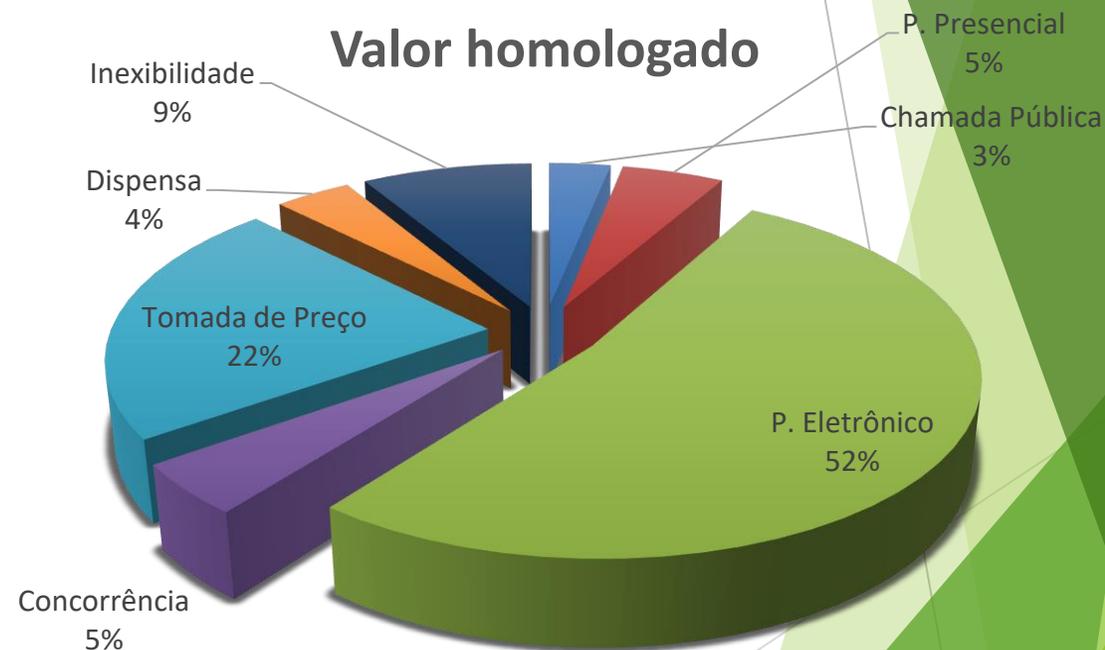
Demonstrativo em Gráficos

Valor máximo dos editais



- Chamada Pública
- P. Presencial
- P. Eletrônico
- Concorrência
- Tomada de Preços
- Dispensa
- Inexigibilidade

Valor homologado



- Chamada Pública
- P. Presencial
- P. Eletrônico
- Concorrência
- Tomada de Preço
- Dispensa
- Inexigibilidade

Metodologia

- Quanto à economia, apenas se considera como economia (redução) pela Administração Pública as licitações que foram homologadas, considerando, para o cálculo, os valores final e inicial.

Em relação ao total de editais:

- Há dois itens, um com o total de editais publicados no período e outro apenas com os editais cujo procedimento licitatório foi homologado.

Em relação aos editais analisados:

Os editais foram analisados brevemente em sua integralidade. No gestor RCC, contudo, foram vistos e cadastrados 261 processos e 124 oportunidades foram inseridas, constituindo 192 de Ponta Grossa e 65 de Palmeira.

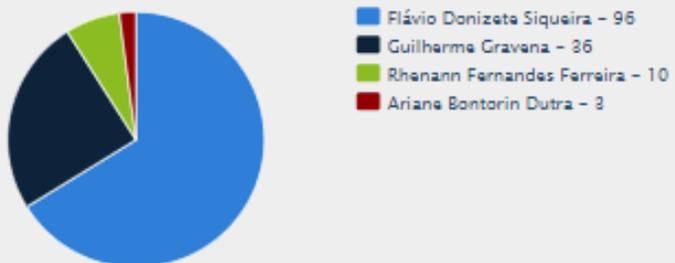
Data (início):

01/01/2019

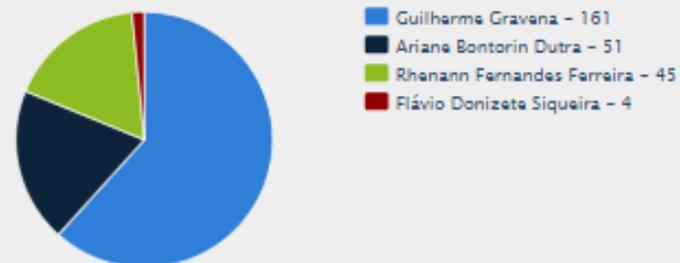
Data (fim):

01/05/2019

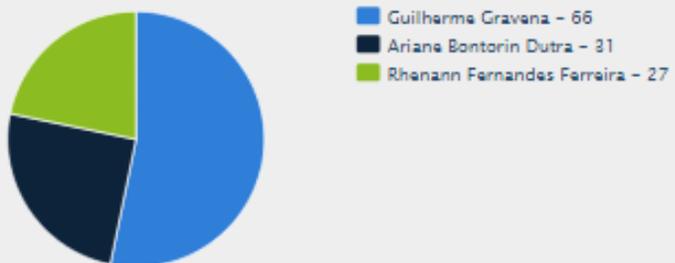
Acessos ao Gestor (Total 145)



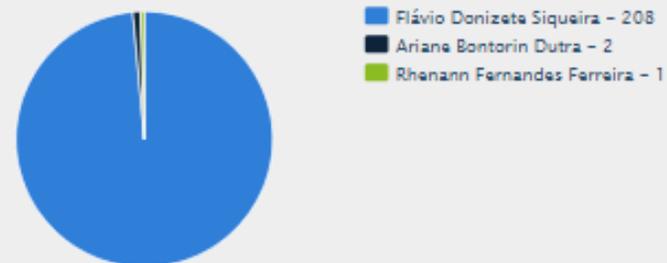
Processos no Gestor (Total 261)



Oportunidades Inseridas manualmente (Total 124)



Oportunidades Visualizadas (Total 211)



Licitações por Órgão Público e Entidade Pública

Órgão/Entidade Público(a)	Número de licitações	Valor homologado	Porcentagem
Agência de Fomento Econômico de Ponta Grossa (AFEPON)	5	R\$ 303.922,14	0,39%
Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte (AMTT)	14	R\$ 4.746.930,49	6,02%
Câmara Municipal de Ponta Grossa (CMPG)	7	R\$ 1.225.750,93	1,55%
Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Campos Gerais (CIMSAUDE)	1	R\$ 185.980,00	0,16%
Consórcio Intermunicipal de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (CIMSAMU)	3	R\$ 124.739,16	0,24%
Companhia Pontagrossense de Serviços (CPS)	5	R\$ 1.686.873,14	2,14%
Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa (FASPG)	27	R\$ 2.560.009,96	3,24%
Fundação Municipal de Cultura (FMC)	23	R\$ 463.272,30	0,59%
Fundação Municipal de Saúde de Ponta Grossa (FMSPG)	60	R\$ 13.811.047,76	17,51%

Órgão/Entidade Público(a)	Número de licitações	Valor homologado	Porcentagem
Fundação Municipal de Esportes (FUNDESP)	10	R\$ 774.538,29	0,98%
Fundação Municipal de Turismo (FUMTUR)	3	R\$ 70.506,45	0,09%
Fundação Educacional de Ponta Grossa (FUNEPO)	1	R\$ 72.600,00	0,06%
Gabinete do Prefeito	2	R\$ 49.247,00	0,06%
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa (IPLAN)	1	R\$ 9.010,00	0,01%
Procuradoria Geral	3	R\$ 49.394,44	0,06%
Companhia de Habitação de Ponta Grossa (PROLAR)	13	R\$ 124.748,47	0,16%
Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária e Abastecimento (SMAPA)	28	R\$ 4.331.345,65	5,49%
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos (SMARH)	13	R\$ 1.467.253,80	1,86%

Órgão/Entidade Público(a)	Número de licitações	Valor homologado	Porcentagem
Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Qualificação Profissional (SMICQP)	3	R\$ 48.139,28	0,06%
Secretaria Municipal de Cidadania e Segurança Pública (SMCSP)	12	R\$ 373.452,68	0,47%
Secretaria Municipal de Educação (SME)	23	R\$ 15.970.689,15	20,24%
Secretaria Municipal da Fazenda (SMF)	4	R\$ 23.205,11	0,03%
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento (SMIP)	33	R\$ 20.415.381,56	25,88%
Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA)	2	R\$ 718.352,92	0,91%
Secretaria Municipal de Políticas Públicas Sociais (SMPPS)	1	R\$ 817,72	0,00%
Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SMSP)	12	R\$ 9.288.521,24	11,77%
Valor total dos editais publicados no período	309	R\$ 78.895.729,64	100%

Divergências encontradas

Irregularidades formais: Não prejudicam processo ou ato pois, no conteúdo não há erro. Ex: uma proposta que preencheu os requisitos do edital mas não foi feita de acordo com o modelo disponibilizado.

Irregularidades materiais: Devem ser sanadas assim que encontradas para que o processo possa ter seu andamento e desfecho; se não sanadas imediatamente prejudicam o processo. Ex: erro de cálculo, falta de parecer jurídico.

Irregularidades substanciais: Prejudicam o documento que contém tal irregularidade, não podendo ser aproveitado. A Administração deve produzir outro documento totalmente novo. Se o documento é essencial a todo o processo, este tornar-se-á inválido, devendo o ser recomeçado. Ex: indicação de verba que não pode ser utilizada para aquele fim, como a verba vinculada da saúde, educação, do ensino básico.

Comunicações

Apenas as irregularidades substanciais e materiais são oficiadas, as formais são comunicadas via e-mail ou telefone.

Dos 18 ofícios enviados pelo Observatório nesse período, somente 5 foram respondidos e entregues. Quanto aos demais, nossos membros semanalmente analisam possíveis atualizações no site da Prefeitura, impulsionando quando necessário na sede da mesma.

Exemplos de comunicações com pareceres oficiais do órgão/ente público com resumo do seu teor :

Ofício n.º 026/2019

Assunto: Pregão Presencial n.º 34/2019, 35/2019 e Chamada Pública n.º 2/2019 – Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar.

No ofício enviado à Secretaria Municipal de Educação, foi arguido que havia três processos licitatórios ocorrendo simultaneamente com alguns objetos equivalentes. Nesse caso, eram referentes a compra de gêneros alimentícios para merenda escolar. A secretaria, em resposta, afirmou que a Chamada Pública, apesar de licitar 100% dos alimentos necessários, visava suprir apenas 30%. Essa quantidade é estabelecida em lei, que determina que eles deveriam ser comprados diretamente de Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural. Portanto, eles demonstraram que há um histórico de dificuldades em mobilizar os pequenos produtores rurais para participar da licitação. Assim, foram feitos dois outros pregões para suprir a demanda. Um deles era referente a produtos hortifrutigranjeiros e o outro a produtos básicos. O ofício em resposta também atentou para a incerteza decorrente da própria natureza do objeto licitado, que pode sofrer variações decorrente de fatores climáticos, que afeta de forma mais grave a Agricultura Familiar. Isso posto em contraposição com o aspecto de necessidade básica e essencial da demanda, traz a conclusão de ser uma resposta satisfatória.

Ofício n.º 027/2019

Assunto: **Aquisição de medicamentos para a FMS**

O Observatório realizou algumas considerações em relação ao pregão eletrônico de n.º 11/2019 que teve resultado deserto, entre elas as possibilidades que acarretaram esse desfecho. No edital, não constava a quantidade de medicamentos solicitada, nem o preço de cada um deles. Sabe-se que os valores são embasados na tabela da CMED, contudo o pregão ocorreria com mais agilidade se esses fossem discriminados no próprio. Ademais, acredita-se que atrairia mais interessados para o certame. A FMS apenas agradeceu as sugestões e informou que as aquisições de medicamentos estão sendo feitas pelo Consórcio Paraná Saúde e pregões para registro de preço vigente. Em pesquisa posterior, o OSB teve conhecimento desse Consórcio e sua importância ao otimizar os recursos da assistência farmacêutica básica. Ele foi constituído por diversos municípios do estado do Paraná e criado com a intenção de preservar a autonomia de cada um deles na seleção e quantificação dos medicamentos de suas necessidades, a cada aquisição. Ou seja, apesar do resultado do certame, a responsabilidade da mensuração dos medicamentos, e por consequência sua demonstração no edital, era da própria Fundação e não da instituição alegada.

Ofício n.º 033/2019

Assunto: **Contratação de empresa para fornecimento de ferramenta de gestão com diversas funções para uso da AMTT**

Através de uma acessível pesquisa de valores, o Observatório encontrou o mesmo objeto, na mesma empresa contratada, em três pacotes distintos e todos com preço inferior ao da contratação realizada pelo Município. O pacote mais complexo e, após uma breve explanação da Autarquia, o requerido para o atendimento das necessidades dessa, possui uma diferença de mil reais. Em ofício, foi questionado a escolha de tal pacote e sua respectiva diferença de valor. A Autarquia se posicionou alegando desconhecimento das possibilidades de pacotes, haja vista que apenas solicitou o serviço em sua essência, com determinadas ferramentas e funcionalidades que só aquele último atendia. Além disso, relatou que por diversas vezes tentou negociar o valor da proposta. Acredita-se na satisfatoriedade da resposta pelo simples entendimento que o ente público não pode realizar compras “online”, estas rápidas, não burocráticas e com preços inferiores. Assim, a diferença de valor consta nos meios físicos para concretização da compra e a estipulação feita pela própria empresa, esta de certo modo única para a satisfação das exigências administrativas e não flexível à barganha.

Ofício n.º 034/2019

Assunto: **Aquisição de veículos para AMTT**

Em ofício expedido pelo Observatório à AMTT, foi criticado o excessivo detalhamento e especificidades do objeto da licitação, haja vista que este restringiu a competição, como verificado na data do próprio pregão. Além disso, questionou-se os modelos adquiridos por não serem os que melhor se adaptassem as exigências da Autarquia, nem mesmo os preços estavam em plena consonância com os de mercado. A Autarquia negou as alegações apresentadas, defendendo que as especificações vislumbram as necessidades do órgão que não são aferidas integralmente pela sociedade, garantindo que as novas aquisições trarão um trabalho com excelência, eficácia e eficiência. Ainda, relata que não impossibilitou a concorrência, pois foram obtidos orçamentos de diversas montadoras, apenas estas não tinham interesse no ato licitatório.

Perfil da Administração Pública em Palmeira

Período de janeiro a abril de 2019

Poder Executivo



Número de licitações emitidas: 133;

Valor total dos editais: R\$ 31.886.510,00;

Valor total homologado: R\$ 20.672.735,56 ;

Média de preço: R\$ 239.748,19

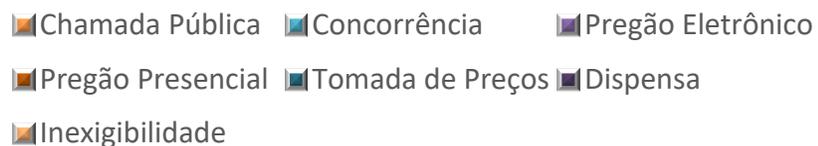
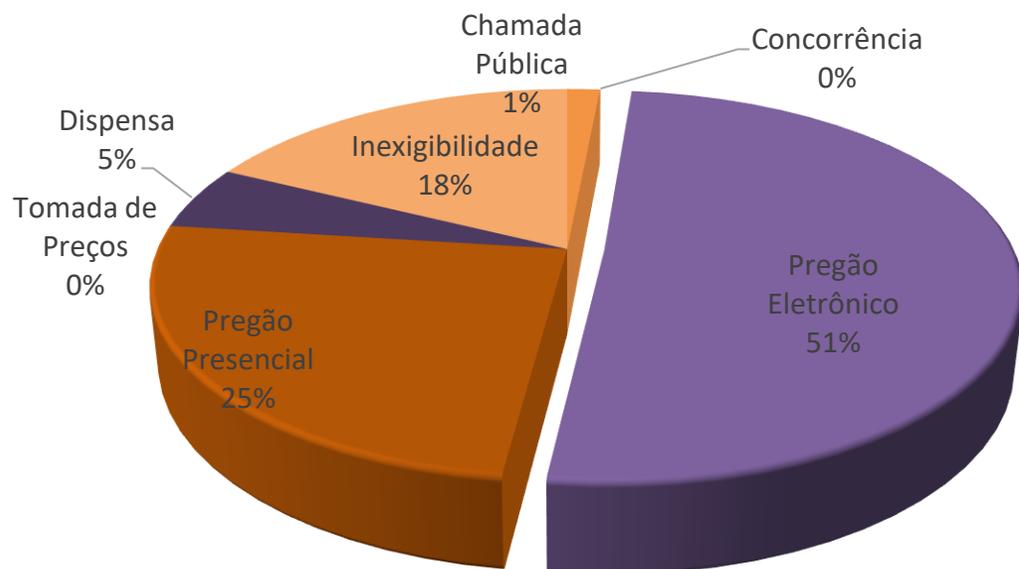
- Preço mínimo: R\$ 0,00;
- Preço máximo: R\$ 6.134.441,00

Orçamento do Município (2019):
R\$ 151.896.835,82

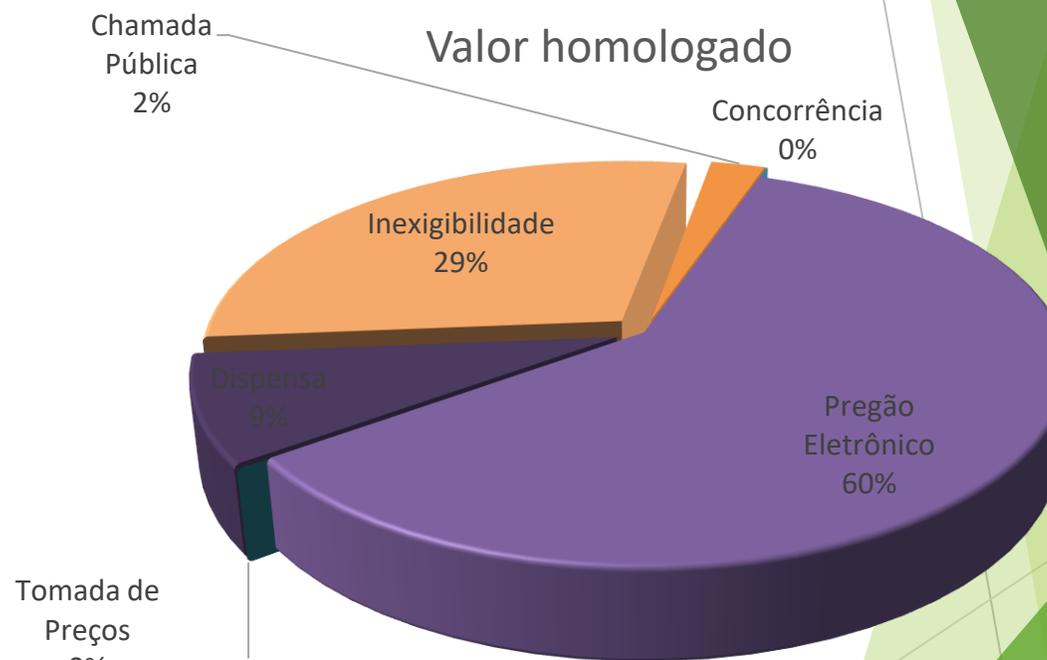
FASE 1 – ACOMPANHAMENTO DE EDITAIS	Modalidades de Contratação							
	Chamada Pública	Concorrência	Pregão Eletrônico	Pregão Presencial	Tomada de Preço	Dispensa	Inexigibilidade	Total
Editais cadastrados pelo OSBCG (R\$)	R\$ 479.704,20	R\$ 0,00	R\$ 16.078.637,31	R\$ 7.919.999,60	R\$ 103.529,72	R\$ 1.682.365,26	R\$ 5.622.273,91	R\$31.886.510,00
Nº de editais lançados no período.	1	-	31	16	2	42	41	133
Nº de editais analisados	1	-	31	16	2	42	41	133
Nº de editais com divergências	-	-	3	3	-	1	5	12
Nº de certames acompanhados pessoalmente pelo OSBCG	-	-	-	-	-	-	-	-
Nº de manifestações sobre divergências encontradas			3	3	-	1	5	12
Nº de correções feitas pelo Gestor Público decorrente da manifestação do OSBCG	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Homologado (R\$)	* Nesse procedimento não há diminuição do valor máximo	*Não houve licitações na modalidade Concorrência lançadas nesse período	R\$ 11.549.267,43	R\$ 1.288.167,40	R\$ 51.366,62	* Nesse procedimento não há diminuição do valor máximo	* Nesse procedimento não há diminuição do valor máximo	R\$20.673.144,82
Redução (Valor máximo das licitações homologadas – valor homologado)	* Nesse procedimento não há diminuição do valor máximo	*Não houve licitações na modalidade Concorrência lançadas nesse período	R\$ 2.839.995,185 * Essa economia se refere a 29 editais homologados.	R\$ 478.165,51 *Essa economia se refere a apenas 13 editais homologados.	R\$ 44.198,72	* Nesse procedimento não há diminuição do valor máximo	* Nesse procedimento não há diminuição do valor máximo	R\$11.213.744,44

Demonstrativos em Gráficos

Valor máximo dos editais



Valor homologado

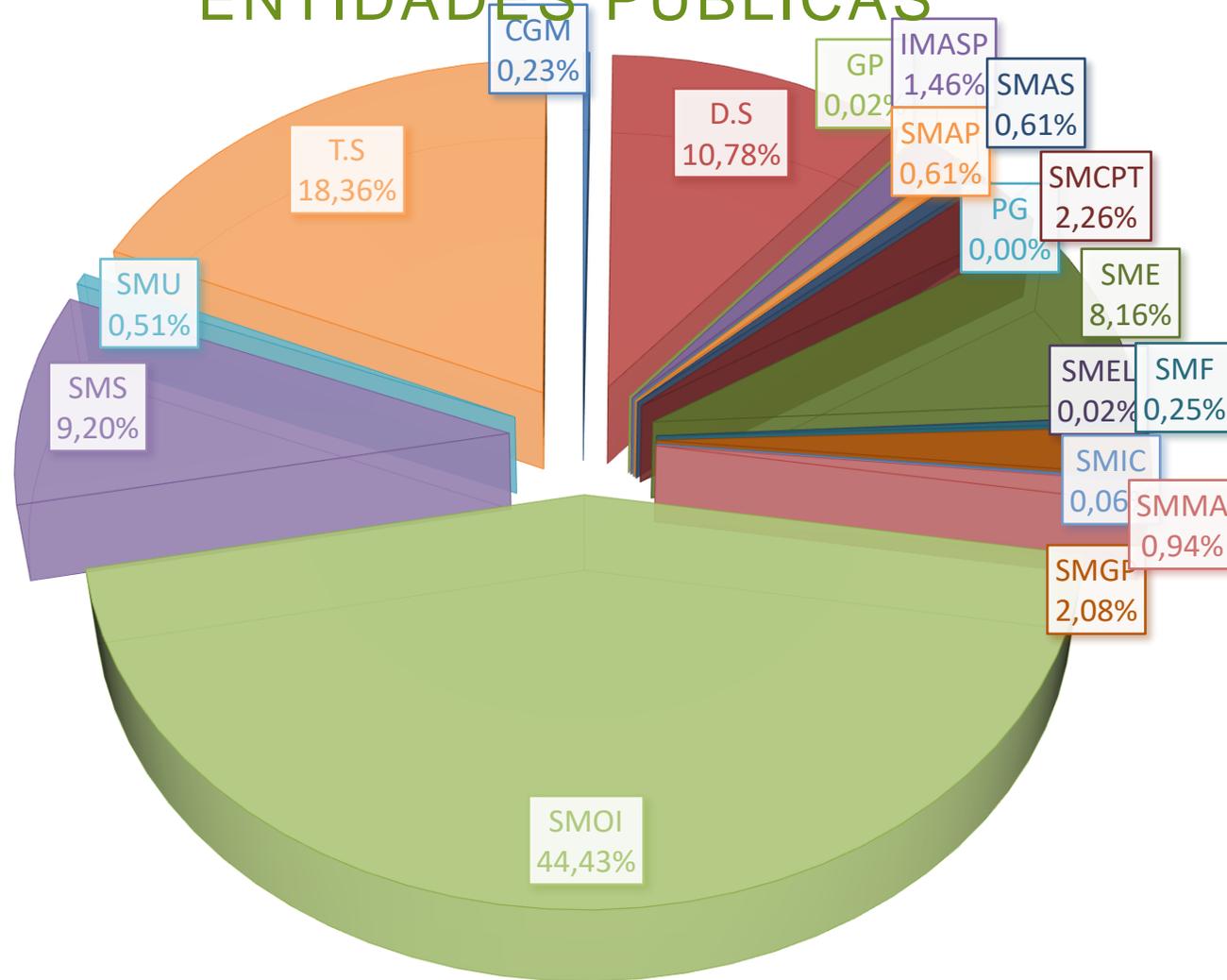


Licitações por Órgão Público e Entidade Pública

Órgão/Entidade Público(a)	Número de licitações	Valor homologado	Porcentagem
Controladoria Geral do Município	1	R\$ 42.000,01	0,23%
Diversas Secretarias	7	R\$ 1.932.869,19	10,78%
Gabinete do Prefeito	2	R\$ 3.833,28	0,02%
IMASP	10	R\$ 2.962.605,69	1,46%
Procuradoria Geral	1	R\$ 831,80	0%
Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária (SMAP)	1	R\$ 108.900,00	0,61%
Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS)	23	R\$ 108.964,57	0,61%
Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Histórico, Turismo e Relações Públicas (SMCPT)	8	R\$ 406.190,00	2,26%
Secretaria Municipal de Educação (SME)	19	R\$ 1.464.330,63	8,16%

Órgão/Entidade Público(a)	Número de licitações	Valor homologado	Porcentagem
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL)	3	R\$ 3.248,55	0,02%
Secretaria Municipal de Finanças (SMF)	4	R\$ 45.136,14	0,25%
Secretaria Municipal de Gestão Pública (SMGP)	5	R\$ 372.615,82	2,08%
Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (SMIC)	2	R\$ 11.610,00	0,06%
Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA)	4	R\$ 168.161,95	0,94%
Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura (SMOI)	20	R\$ 7.969.023,35	44,43%
Secretaria Municipal de Saúde (SMS)	15	R\$ 1.650.789,11	9,20%
Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU)	5	R\$ 90.685,31	0,51%
Todas as secretarias	3	R\$ 3.292.600,00	18,36%
Valor total dos editais publicados no período	133	20.673.144,82	100%

GRÁFICO: LICITAÇÕES POR ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS



Comunicações

Apenas as irregularidades substanciais e materiais são oficiadas, as formais são comunicadas via e-mail ou telefone.

Dos 12 ofícios enviados pelo Observatório nesse período, somente 4 foram respondidos e entregues.

Exemplos de comunicações com pareceres oficiais do órgão/ente público com resumo do seu teor:

Ofício n.º 010/2019

Assunto: Contratação de empresa para prestação de serviços de terceirização de mão de obra visando atender diversas secretarias municipais

O ofício enviado pelo OSB solicitou elucidações sobre as seguintes questões: as secretarias beneficiadas com as prestações de serviços e o exato número de funcionários que se pretendia contratar, haja vista a imprecisão do edital. Além desses pontos, o Observatório evidenciou estar a par da suspensão do processo licitatório.

Em resposta, a Secretaria Municipal de Gestão Pública reafirmou o status da licitação, bem como explanou o serviço específico destinado a cada secretaria, apesar da branda generalização. Sobre o segundo tópico levantado, explicaram que a licitação tramita sob o regime Registro de Preços, o qual não obriga o município a contratar a quantia estimada, pois não há uma previsão precisa. Contudo, é exatamente nessa questão que ainda sobreveio dúvidas ao Observatório: se não há uma previsão de quantidade, por que estimar tanto para cada função? Solicitou-se tal informação apara averiguar se haveria ou não uma supervalorização por serviço. Afinal, seria impossível e insensato o Município estipular que um auxiliar de serviços trabalhe aproximadamente 150.000 horas por ano, totalizando R\$ 2.911.341,60. Lembrando que o Observatório não está perquirindo e sim, tentando compreender os elementos da contratação, esperando razoabilidade da resposta municipal quanto a uma aproximação, ou mesmo suposição, do número de funcionários para a realização de tais serviços.

Ofício n.º 011/2019

Assunto: Inexigibilidades ns.º005/2019, 006/2019, 007/2019 e 017/2019

O OSB remeteu ofício à Prefeitura Municipal de Palmeira-PR pedindo esclarecimentos acerca das ratificações dos processos de Inexigibilidade de licitação ns.º005/2019, 006/2019, 007/2019 e 017/2019, tais como: compreender como ocorre o pagamento dos serviços de água, esgoto e distribuição de energia elétrica fornecidos à Administração Pública, posto que, na identificação do objeto das licitações supracitadas, a distribuição de serviços de cada secretaria ou departamento constava de um valor fechado, exato, o qual não se nos pareceu probo, devido a ser inusual. Ademais, indagou acerca da exclusividade de certa operadora de telefonia em prestar serviços à Administração e o possível ferimento ao Princípio da Isonomia.

Em resposta pronta e solícita, a Prefeitura de Palmeira esclareceu que os gastos anuais são adrede planejados, com antecedência pelas secretarias individualmente, com base nas despesas fixas, com base no ano precedente. Isto feito, estima-se o valor e o mesmo é dividido mensalmente. Solicitamente, também esclareceram que a referida operadora telefônica é a única autorizada e/ou com capacidade para a distribuição de serviços telefônicos na região.

Ofício n.º 020/2019

Assunto: **Inexigibilidade referente ao fornecimento de energia elétrica para iluminação pública**

No ofício enviado pelo OSB, foi questionado o modo pelo qual a licitação tramitou, pelo fato de estipular valores futuros e incertos, principalmente pelo montante resultar em quantia sobeja. Ainda, solicitou-se um demonstrativo mensal dos gastos factuais do ano anterior para via de comparação. O gabinete do prefeito se pronunciou reforçando a exclusividade da prestadora de serviços e esclareceu que os valores estipulados resultam de um estudo através dos históricos de gastos dos últimos anos. E, se houver sobra do montante calculado, o processo será anulado. Do contrário, na insuficiência do valor estipulado, um novo processo licitatório será aberto. Tais medidas são possíveis, pois os empenhos de despesas ocorrem mensalmente. Finalizando a resposta, juntaram o demonstrativo requerido, comprovando que o valor mensurado cobre a média das despesas e deixa um bom saldo para gastos não planejados, com o intuito de evitar um novo processo licitatório.

Ofício n.º 025/2019

Assunto: **Esclarecimentos acerca do Pregão Eletrônico n.º 07/2019**

Através de uma pesquisa de preços na internet e orçamentos com empresas especializadas em iluminação pública, o Observatório constatou um superfaturamento nos materiais elétricos presentes no edital, afinal, estes estavam acima do preço médio do mercado. Portanto, solicitamos maiores esclarecimentos por meio de ofício à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. Em resposta, esta elucida que o presente pregão foi revogado mediante Decreto n.º 12.785/2019.

Sobre a área de Projetos:

A área de projetos do Observatório Social do Brasil – Campos Gerais tem como objetivo realizar ações relacionadas ao controle social e a participação social, através de palestras, eventos, capacitações e projetos voltados a públicos variados como crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Essas atividades abordam questões referentes a educação fiscal e cidadã, gestão pública, informações sobre o legislativo bem como apresentação das ações relacionadas as outras áreas de atuação do OSBCG.

Realiza a gestão dos voluntários e participa do alinhamento de parcerias.

Projetos



Capacitação de Voluntários



Capacitação de Voluntários para participar dos Projetos de Educação Cidadã.

Capacitação de Voluntários



Capacitação de Voluntários para participar do monitoramento de Licitações.

PROJETO MEU VEREADOR



Início do Projeto Meu Vereador no JOCUM.

Campanha da Fraternidade



Reuniões para buscar parcerias: ACIPG, JOCUM, Pró Reitoria de Extensão -UEPG; Diocese

Eventos:



Palestra OSB e Políticas Públicas
Apresentação do Relatório Quadrimestral
Finalização do Projeto Obra Transparente

ORÇAMENTO: Observatório Social do Brasil - Campos Gerais

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS:

Contabilidade ao início do Relatório Quadrimestral:

- Conta Corrente: R\$ 6.641,53
- Caixa: R\$ 54,15
- Aplicação CDI: R\$ 140,68

- Total ao início do quadrimestre: R\$ 6.641,36

Orçamento: Janeiro - Abril

Janeiro

- Receitas arrecadadas no mês: R\$ 12.400,00
- Despesas e Custo Total: 8.843,46

Fevereiro

- Receitas arrecadadas no mês: R\$ 10,800,46
- Despesas e Custo Total: R\$ 7.422,07

Março

- Receitas arrecadadas no mês: 7.800,55
- Despesas e Custo Total: R\$ 9.279,34

Abril

- Receitas arrecadadas no mês: R\$ 11.400,53
- Despesas e Custo Total: R\$ 9.974,53

Contabilidade ao final do Relatório Quadrimestral:

- Conta Corrente: R\$ 13.321,69
- Caixa: R\$ 60,05
- Aplicação CDI: R\$ 142,22

Total ao final do quadrimestre: R\$ 13.523,96

Mantenedores:



Apoiadores:



Obrigado!

E-mail:

camposgerais@osbrasil.org.br

Telefone: (42) 3220-7209